

de um pensar atento ao passado, mas não como âncora fixa e teórica para aportar, nem preconizar o futuro almejando formatar o que está por vir. Entre fevereiro de 1971 e janeiro de 2011, nestes 40 anos, mais de 2.616 pessoas deixaram em suas páginas aquilo que é caro ao anarquismo, quando escrever torna-se uma prática de resistência.

A prática tão preciosa aos anarquistas de publicar seus textos de forma autogestionária tem na “*A*” um intenso acontecimento que completa quatro décadas. Hoje, em tempos de novos fluxos eletrônicos, será interessante ver como “*A*” se reinventará, na página impressa e na velocidade dos dados e imagens; interessa ver como “*A*” seguirá “aberta à mudança durante o percurso” (p. 29). Enquanto pulsa a vida há movimento, por isso, sempre é possível pensar um novo anarquismo e novas sociabilidades libertárias, formas de estender os espaços em práticas cotidianas, como na publicação de uma revista como “*A*”, para enfrentar os confinamentos, as capturas que limitam e esgarçam o que há de vivo, inquieto e instável.

ecologia agora

ELIANE KNORR

Murray Bookchin. *Ecologia social e outros ensaios*. Organização e revisão da tradução de Mauro José Cavalcanti. Rio de Janeiro, Achiamé, 2010, 180 pp.

A exploração desenfreada do planeta tornou-se, hoje, pauta obrigatória para empresas, governos, ONGs e re-

Eliane Knorr é pesquisadora no Nu-Sol e mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP.

presentantes da chamada sociedade civil de um modo geral. Estes declaram procurar soluções ditas sustentáveis na relação com o meio ambiente, ressaltando a importância de um uso responsável dos recursos naturais. Neste sentido, o meio ambiente é pensado como matéria prima necessária para a sobrevivência humana com o risco de se tornar escassa.

No artigo intitulado “O conceito de ecologia social”, de 1985, Murray Bookchin, anarquista nascido nos Estados Unidos, alertava contra alguns discursos que emergiam diante da constatação de uma crise da exploração do planeta. O autor afirma que, se as transformações que despontaram na década de 1960 em meio à explosão de uma contracultura aberta ao sentido de uma grande mudança social, com novos estilos de vidas comunitários, novos valores de sensibilidade, música, linguagem, etc., os anos seguintes anunciavam um retrocesso. Bookchin distingue o pensamento ecológico que emergiu com força nos anos 1960, de um ambientalismo que se insinuava. Na medida em que o meio ambiente é passivo à intervenção humana, “o ‘ambientalismo’ tende a reduzir a natureza a um depósito de ‘recursos naturais’ ou ‘matérias primas’” (p. 133); a ecologia, ao contrário, seria “o equilíbrio dinâmico na natureza, a interdependência entre o vivo e o inanimado” (p. 134).

O ambientalismo partiria de uma visão mecanicista que não questiona a relação de dominação do homem sobre a natureza, já a perspectiva ecológica deslocaria o homem de sua confortável posição de dominador colocando-o, não à parte, mas no interior de uma natureza da qual ele se desenvolveu por meio de um modo de organização diferenciado, mas que, no entanto, dela não está apartado. Bookchin não quer o retorno a um tempo primitivo em

que a natureza tomaria conta dos homens e de todas as coisas. Para ele, isso seria uma inversão dentro da lógica de dominação. O homem, como ser da natureza, tem uma relação dentro dela, não é dominado e nem a domina.

Este texto do Bookchin, que 26 anos depois continua a colocar questões relevantes à nossa época, foi publicado em português, recentemente, por Robson Achiamé, editor anarquista, no livro *Ecologia Social e outros ensaios*, uma compilação organizada por Mauro José Cavalcanti. O livro segue atual, pois, em um tempo em que o discurso ambiental toma conta de todas as esferas da vida humana, é necessário pensar como este discurso se produz dentro de uma lógica de competição capitalista e dominação social.

Possivelmente, um dos pontos mais importantes desta publicação de textos de Murray Bookchin seja a crítica à perspectiva simplista que distingue o homem da natureza, como se o primeiro estivesse à parte da segunda, submetido ou submetendo-a. Para o autor, é na relação entre os diferentes — destacando a importância da diversidade na natureza, assim como na sociedade para os anarquistas —, que se é possível potencializar a vida.

Em uma relação dinâmica na natureza, “qualquer espécie que consegue aumentar seu território estará, ao mesmo tempo, ampliando a situação ecológica como um todo” (p. 152). Entretanto, as sociedades humanas modernas, regidas pela lógica da dominação, tendem a simplificar os territórios, povos, etc., empobrecendo-os e enfraquecendo-os, como a si próprias. A ecologia social, que dá título ao livro, seria precisamente esta relação entre o homem e a natureza, sem apartá-los um do outro: um pensamento ecológico, portanto, só pode ser social e vice-versa.

Os artigos não estão dispostos em ordem cronológica, mas tomam forma de capítulos de livro de referência a partir da leitura estratégica de seu organizador, suscitando para o nosso presente uma ânsia e prática de mudança social necessárias agora, ainda que seja possível identificar a leitura que Bookchin fez de seu próprio tempo.

Murray Bookchin nasceu em Nova Iorque, em 1921, filho de imigrantes russos, militantes de esquerda. Desde cedo se envolveu na militância política. A princípio atuou em organizações da juventude comunista, de orientação stalinista, rompendo com estes, em determinado momento, e associando-se ao trotskismo. Sua militância marxista, veio em parte, de suas experiências como operário e na relação com os sindicatos.

Aproximadamente na década de 1950, rompeu com o marxismo, de modo geral, e uniu-se aos anarquistas, criticando o autoritarismo nas práticas de esquerda. Ao mesmo tempo, aproximou-se de uma militância ecológica: Bookchin situava marxistas e capitalistas na mesma posição, pois ambos adotariam a perspectiva de que o homem está sempre em uma posição de dominação em relação à natureza.

Outra crítica destinada aos marxistas, e neste caso também aos anarco-sindicalistas, diz respeito ao fato destes tomarem o local de trabalho — a fábrica —, como espaço de organização revolucionária. Para ele “o local de trabalho (...) foi, ao longo da história, não só lugar de exploração, mas de subordinação hierárquica. Não serviu para ‘disciplinar’, ‘unir’ e ‘organizar’ o proletariado para mudança revolucionária mas, pelo contrário, para acostumar à obediência” (p. 44). Desta maneira, Bookchin propõe a

comunidade como o lugar de organização revolucionária, pensando que é no lugar onde se vive que se pode inventar uma outra maneira de organização de modo a criar um contrapoder à centralização do poder por parte do Estado, ultrapassando práticas do passado que orientaram socialistas, comunistas e anarcosindicalistas.

Bookchin foi muito perspicaz em sua análise das mudanças sociais que vivenciou. Tomou parte das experimentações de 1968 e observou a acomodação que se seguiu nos anos 1980. Diagnosticou que as tantas experimentações convulsas na década de 1960 foram reduzidas, em muitos casos, a uma prática privada, tornando-se modelo para o individualismo burguês, adequado às estratégias capitalistas. Afirmou que, no meio desta acomodação, “tanta coisa se arrancou das entranhas coletivistas do anarquismo clássico que ele está à beira de se tornar um estágio de vida para adolescentes e uma moda para seus preceptores de meia-idade, um caminho para a ‘auto-realização’ e um equivalente ‘radical’ para a terapia” (p. 67).

Ao mesmo tempo, não deixa de chamar a atenção para o perigo do apego a certas tradições, que acomodam o movimento anarquista, impedindo a invenção de novos costumes e outras formas de relação.

Talvez, o incômodo que a obra de Max Stirner tenha causado em Bookchin — como ele próprio explicita — esteja no fato de que o rompimento que propõe Stirner seja muito mais radical, pois não está em busca de uma sociedade harmoniosa, mas de uma vida livre, irreduzível à esfera pública ou privada.

A posição que Bookchin assume, como anarquista, é contra o Estado, mas ainda inspirado em uma possível so-

cidade harmônica. Neste sentido, ainda busca dar uma forma à sociedade, tendo como base a democracia direta, a partir das experimentações na *ágora* grega. Sua visão de organização de uma sociedade harmônica é pautada nas discussões em assembleias mas, longe de buscar um consenso no interior destas discussões, afirma a importância das discussões e amplificação das diferenças. É neste ponto que considera importante a prática democrática: “o consenso, por outro lado, não respeita minorias, ele as cala em nome de uma ‘unidade’ metafísica de grupo ‘consensual’” (p. 64).

Ao final de sua vida, a forma que encontrou para uma sociedade anarquista é o que passou a chamar de *comunalismo*, inspirado no federalismo de Proudhon e no mutualismo de Kropotkin.

O *comunalismo* seria uma maneira de dar uma organização à sociedade, a partir de assembleias e representações temporárias. Esta é uma prática, segundo Bookchin, que provoca a liberação do anarquismo aprisionado “no exotismo cultural e na introversão psicológica” (p. 69).

Este livro apresenta-nos, enfim, o pensamento de um anarquista sincero, que coloca questões importantes para o planeta hoje e que, antes de tudo, não está disposto a se deixar seduzir pelas facilidades de discursos falaciosos que têm arregimentado anarquistas acomodados, alternativos preguiçosos e ecologistas ingênuos em prol de capitalistas espertos.